



EDITAL

N.º de Registo	6402	Data	11/03/2026	Processo	2026/150.10.701/4
----------------	------	------	------------	----------	-------------------

RUI FERNANDO ANASTÁCIO HENRIQUES, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Alcanena:

Torna público que, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e bem assim do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, por deliberação da Câmara Municipal, tomada na sua reunião realizada em 16/02/2026, foi determinado o início do procedimento e participação procedimental, **conducente à elaboração do Projeto de Regulamento do Funcionamento dos Refeitórios Escolares do Município de Alcanena.**

Para os devidos efeitos também se torna público:

- **Órgão que decidiu desencadear o procedimento:** Câmara Municipal de Alcanena.
- **Data em que o mesmo se iniciou:** 16 de fevereiro de 2026.
- **Objeto:** Elaboração do Projeto de Regulamento do Funcionamento dos Refeitórios Escolares do Município de Alcanena.
- Para o efeito, foi nomeado como **responsável pela direção do procedimento**, nos termos do artigo 55.º do CPA, já acima mencionado, o **Técnico Superior Rui Pedro Costa Silva**, no qual foi delegado o poder de direção do procedimento regulamentar em geral podendo praticar todos os atos e formalidades que sejam necessários à sua condução, designadamente, promovendo a sua instrução, a audiência de interessados, análise dos contributos, a consulta ou a solicitação de pareceres a quaisquer entidades ou autoridades quando necessário, a realização das consultas públicas nos termos das normas legais aplicáveis.
- **Forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do Regulamento:** podem constituir-se como interessados os particulares e as entidades que comprovem a respetiva legitimidade, termos previstos no artigo 68.º, n.º 1 do CPA, mediante declaração escrita nesse sentido, declaração essa onde devem indicar os dados necessários à comprovação da legitimidade.

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Essa declaração deve ser dirigida ao Responsável pela direção do procedimento, Rui Pedro Costa Silva, Câmara Municipal de Alcanena, Praça 8 de Maio, 2380-037 Alcanena, e deve ser apresentada, pessoalmente, no Balcão Único de atendimento da Câmara, ou enviada por correio eletrónico para geral@cm-alcanena.pt, no prazo de 10 dias úteis contados da data da publicação deste edital no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Alcanena.
- **Os contributos** para a elaboração do projeto de regulamento em apreço devem ser apresentados da mesma forma.
- **No pedido de constituição como interessado**, para além da comprovação da legitimidade, **deve ser expressamente indicado o procedimento** a que o mesmo se reporta, bem como o nome, o n.º de identificação fiscal, domicílio e o endereço eletrónico, se este existir, acompanhado de consentimento escrito para que este possa ser usado para os efeitos previstos nas disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 e da alínea b) do n.º 2 do artigo 112.º do CPA.
- Findo o prazo de 10 acima referido, desde que se constituam interessados, será o Projeto de Regulamento submetido a audiência dos interessados, se houver, nos termos do artigo 100.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, seguindo-se os demais trâmites previstos no mesmo diploma.

Proteção de Dados Pessoais:

O tratamento dos dados constantes das declarações dos interessados será utilizado apenas para efeitos do presente procedimento, salvo declaração expressa dos mesmos de que autorizam a sua utilização para outros assuntos relacionados com o Município de Alcanena.

E, para constar, se publica o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

O Presidente da Câmara

(Rui Fernando Anastácio Henriques)

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autografa¹

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.